



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Eventual prestação de serviços de Medicina, Engenharia e Segurança do Trabalho destinados a atender o Município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para eventual prestação de serviços de Medicina, Engenharia e Segurança do Trabalho, compreendendo (i) a elaboração, emissão e/ou atualização de documentos técnicos obrigatórios de saúde e segurança ocupacional e (ii) a execução de exames clínicos ocupacionais (admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho, mudança de função e complementares), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Apêndice I, destinados a atender ao Município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

1.2. A licitação será dividida em dois grupos de itens, conforme tabela constante do Apêndice I:

- Grupo 1 — Serviços Técnicos (elaboração de documentos e laudos);
- Grupo 2 — Exames Clínicos de Saúde Ocupacional.

1.3. O objeto caracteriza-se como serviço comum, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade institucional o cumprimento integral, pelo Município de Santo Antônio de Pádua/RJ, das obrigações decorrentes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943), das Normas Regulamentadoras – NR do Ministério do Trabalho e Previdência (em especial NR-01, NR-04, NR-05, NR-06, NR-07, NR-09, NR-15, NR-16 e NR-17) e da legislação trabalhista e previdenciária correlata, especialmente no tocante à proteção da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

2.2. A justificativa, fundamentação e objetivos detalhados desta contratação encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

2.3. Justificativa da adoção do Sistema de Registro de Preços

2.3.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP fundamenta-se nas seguintes razões, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 3º, IV, do Decreto Federal nº 11.462/2023:



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Conveniência da realização dos exames e laudos conforme a necessidade real do Município, sem previsibilidade exata da demanda;
- Impossibilidade de definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado, em razão da variabilidade da demanda (admissões, exonerações, retornos ao trabalho, mudanças de função, novas vistorias técnicas etc.);

2.4. Unidade demandante e órgãos beneficiários

2.4.1. A presente contratação destina-se prioritariamente à Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução pretendida consiste na celebração de Ata de Registro de Preços, resultante de Pregão Eletrônico, com 1 (um) ou mais prestadores de serviços especializados em medicina e segurança do trabalho, os quais executarão os serviços técnicos e os exames clínicos descritos no Apêndice I, por demanda formal das unidades administrativas do Município.

3.2. Encontram-se compreendidos no escopo da solução:

- Elaboração, emissão e/ou atualização dos documentos técnicos obrigatórios de saúde e segurança do trabalho;
- Realização dos exames médicos ocupacionais previstos no PCMSO, com a respectiva emissão de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO;
- Realização de vistorias técnicas in loco em todas as unidades administrativas do Município, na zona urbana e nos distritos da zona rural;
- Formação e treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, na forma da NR-05;
- Entrega de laudos, ASOs e demais documentos técnicos em meio físico e digital;
- Eventual fornecimento de pareceres médicos e/ou de engenharia adicionais quando solicitado pela Administração no curso da execução.

3.3. A solução observará rigorosamente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis dos servidores (dados de saúde), nos termos do Capítulo 9 deste Termo de Referência.

3.4. A solução observará igualmente a Resolução RDC ANVISA nº 222/2018 e suas alterações, no que se refere ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde decorrentes da execução do objeto.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos técnicos mínimos – Documentos do Grupo 1

4.1.1. A contratada deverá elaborar, emitir e/ou atualizar, conforme demanda, os seguintes documentos técnicos obrigatórios:

- **PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**, conforme NR-07;
- **PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**, conforme NR-01, abrangendo o mapeamento de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, com o objetivo de preservar a saúde e a integridade dos servidores;
- **LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho**, contemplando análise das condições ambientais e indicação dos agentes nocivos presentes, com renovação sempre que houver mudanças no ambiente de trabalho;
- **AET – Análise Ergonômica do Trabalho**, conforme NR-17, avaliando a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos servidores;
- **Mapa de Risco do Processo de Trabalho** e formação/treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme NR-05;
- **LTIP – Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade**, documento técnico-legal unificado que abrange a avaliação fundamentada exigida pela NR-15 (insalubridade) e pela NR-16 (periculosidade), com indicação se há direito ao adicional correspondente e seu enquadramento legal;
- Relatórios técnicos e pareceres médicos/de engenharia, sempre que demandados pela Administração no curso da execução.

4.1.2. A contratada deverá observar, na elaboração dos documentos acima, a versão vigente das respectivas Normas Regulamentadoras, comprometendo-se a adequar-se tempestivamente a quaisquer alterações normativas supervenientes durante a vigência da Ata.

4.2. Requisitos técnicos mínimos – Exames Clínicos do Grupo 2

4.2.1. A contratada deverá realizar os exames médicos ocupacionais previstos no Apêndice I deste Termo de Referência, organizados em três conjuntos de procedimentos, observada a periodicidade da NR-07.

4.2.2. Os exames ocupacionais (NR-07) deverão observar a seguinte periodicidade:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Tipo de Exame	Periodicidade / Hipótese de Realização
Admissional	Realizado antes que o servidor assuma suas atividades. Os resultados deverão ser entregues à Secretaria de Administração com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência à data de admissão.
Periódico	Anual para menores de 18 e maiores de 45 anos; a cada 2 anos para servidores entre 18 e 45 anos; anual (ou em intervalo menor a critério médico) para expostos a riscos ou portadores de doenças crônicas; observada a periodicidade do Anexo nº 6 da NR-15 para condições hiperbáricas.
Retorno ao trabalho	Obrigatório no 1º dia da volta ao trabalho de servidor ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente (ocupacional ou não) ou parto.
Mudança de função	Realizado antes da mudança de função, posto de trabalho ou setor que implique exposição a risco diferente daquele a que o servidor estava exposto anteriormente.
Demissional	Realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, desde que o último exame ocupacional tenha sido feito há mais de 135 dias (graus de risco 1 e 2 da NR-04) ou 90 dias (graus de risco 3 e 4).

Obs.: Havendo alteração nas Normas Regulamentadoras ou na legislação aplicável, a contratada se obriga a adequar-se tempestivamente.

4.3. Requisitos profissionais

- Os serviços técnicos do Grupo 1 deverão ter como responsável técnico Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM e/ou Engenheiro de Segurança do Trabalho registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, conforme a natureza do documento, com vínculo permanente comprovado com a licitante na data de apresentação da proposta;
- Os exames do Grupo 2 deverão ser executados sob responsabilidade técnica de Médico do Trabalho registrado no CRM, devendo a contratada possuir registro próprio da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina da sua jurisdição, com indicação do diretor técnico-médico responsável;
- Os exames laboratoriais e demais exames complementares deverão ser realizados em laboratório próprio da contratada ou em laboratório formalmente conveniado, com identificação clara do responsável técnico-bioquímico e observância das normas sanitárias aplicáveis.

4.4. Requisitos de localização e infraestrutura

4.4.1. O atendimento médico e o atendimento técnico deverão ocorrer em consultório e escritório sediados no 1º Distrito do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ, em razão da localização



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

predominante das secretarias, coordenadorias e repartições municipais e onde se concentra a maior parte do quadro funcional.

4.4.2. A exigência prevista no item 4.4.1 NÃO constitui condição para a participação no certame. Trata-se de requisito a ser cumprido como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo a licitante vencedora comprovar, naquele momento, a posse, locação ou disponibilidade de imóvel adequado à coleta de material biológico, à realização dos demais exames, à elaboração de laudos e ao desempenho dos serviços relacionados aos Grupos 1 e 2.

4.4.3. As vistorias técnicas e demais atividades em campo serão realizadas nas dependências da Prefeitura Municipal e em todos os órgãos municipais onde houver servidores, na zona urbana e nos distritos da zona rural.

4.5. Requisitos de qualidade e eficiência

- Os profissionais executores dos serviços deverão estar habilitados, com registro válido nos respectivos conselhos de classe (CRM, CRO, CREA), conforme a categoria;
- Todos os exames clínicos deverão observar os parâmetros técnicos e científicos vigentes, com emissão dos respectivos ASOs;
- Os resultados, laudos e documentos técnicos serão entregues em meio físico (uma via) e em meio digital (PDF/A ou equivalente, com assinatura física ou eletrônica), na sede da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, nos prazos estabelecidos no Capítulo 5;
- A contratada manterá registros internos da execução, disponíveis para auditoria pela Fiscalização durante toda a vigência contratual.

4.6. Requisitos socioambientais e de sustentabilidade

- Observância das diretrizes de sustentabilidade do Decreto Federal nº 7.746/2012;
- Cumprimento integral da Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, com adoção de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS pela contratada, com adequada segregação, acondicionamento, transporte e destinação final;
- Entrega digital preferencial de laudos e ASOs, com assinatura eletrônica, reservada a impressão de uma única via física, sempre que possível em papel reciclado;
- Otimização das rotas de vistoria em campo, com agrupamento por proximidade geográfica, visando reduzir deslocamentos e emissões.

4.7. Vedações



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

- Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto contratual;
- Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução de alta complexidade ou de grande vulto financeiro;
- É admitida a participação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/2012, observadas as restrições do art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e desde que os cooperados que executarão o objeto sejam os mesmos detentores da habilitação técnico-profissional exigida nos itens 8.3.4 e 8.3.5.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de execução

5.1.1. O regime de execução adotado é o de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, XLIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo a remuneração calculada com base na unidade efetivamente executada (laudo, exame, conjunto de exames ou documento técnico entregue) e nos preços unitários registrados na Ata.

5.2. Forma de demanda

- Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será precedida da emissão de requisição administrativa pela unidade demandante, devidamente autorizada, com a indicação do(s) item(ns) do Apêndice I a ser(em) executado(s);
- A requisição será acompanhada da respectiva nota de empenho prévia, na forma do art. 60 da Lei nº 4.320/1964;
- A contratada será convocada formalmente pelo Gestor do Contrato para a execução, observados os prazos previstos no item 5.4.

5.3. Local e horário de execução

- Os atendimentos médicos, coletas de material biológico e atendimentos técnicos: em consultório/escritório do contratado, sediado no 1º Distrito do Município;
- As vistorias, coletas em campo e atividades fora do escritório do contratado: nas dependências das unidades administrativas do Município, na zona urbana ou nos distritos da zona rural, com transporte da equipe técnica por conta da contratada;
- Horário de execução: de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais e municipais e pontos facultativos, das 8h às 16h, observadas as conveniências do serviço público e mediante prévia comunicação à Fiscalização.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

5.4. Prazos de execução

Etapa / Produto	Prazo
ASO admissional	Entrega com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência à data de admissão.
Laudos técnicos e exames (em geral)	Entrega em até 7 (sete) dias corridos após a coleta de material ou realização da visita técnica.
Substituição de laudo/resultado recusado	Em até 5 (cinco) dias úteis, contados da recusa formal, sem ônus adicional para o Município.
Recebimento provisório	Em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do laudo ou a realização do serviço, pelo Fiscal do Contrato.
Recebimento definitivo	Em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, pelo servidor ou comissão designada.

5.5. Cronograma estimativo de demanda

5.5.1. Considerando a natureza do Sistema de Registro de Preços e a impossibilidade de previsão exata da demanda, estima-se que os quantitativos do Apêndice I se distribuam ao longo dos 12 (doze) meses de vigência da Ata da seguinte forma:

- Documentos técnicos do Grupo 1: distribuição não-uniforme, com concentração de elaboração no 1º quadrimestre da vigência (em razão da necessidade de instrumentos básicos atualizados) e de atualizações nos quadrimestres seguintes;
- Exames clínicos do Grupo 2: distribuição relativamente uniforme ao longo dos 12 meses, com possíveis picos em períodos de admissão coletiva e de exames periódicos programados.

5.5.2. O cronograma é estimativo, não vinculando a Administração à demanda integral nem à distribuição temporal indicada.

5.6. Prorrogação dos prazos de execução

- Quando não puder cumprir o prazo estipulado, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, com até 3 (três) dias úteis de antecedência à finalização do prazo, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fatos supervenientes, excepcionais ou imprevisíveis, alheios à vontade das partes;
- Qualquer alteração de prazo dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do contratante.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

5.7. Forma de entrega dos produtos

- Os resultados de vistorias, laudos, ASOs e demais documentos técnicos serão entregues em meio físico e digital, na sede da Secretaria Municipal de Administração e Gestão (Praça Visconde Figueira, 57, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP 28.470-000), bem como por meio eletrônico institucional (administracao@santoantoniodepadua.rj.gov.br);
- O arquivo digital deverá estar em formato pesquisável (PDF/A ou equivalente), com assinatura física ou eletrônica do responsável técnico;
- Cada entrega física deverá ser acompanhada de protocolo formal de recebimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Designação de Gestor e Fiscal do Contrato

6.1.1. Em observância ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a gestão e a fiscalização do(s) contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços serão exercidas, em funções distintas, pelos seguintes agentes públicos:

- **Gestor do Contrato:** servidor formalmente designado, responsável pela coordenação geral do contrato, autorização das requisições, conferência da regularidade da execução em sua totalidade, gestão administrativa das ocorrências, articulação com a contratada e proposição de aditivos, prorrogações ou rescisões;
- **Fiscal do Contrato:** servidor formalmente designado, responsável pelo acompanhamento técnico da execução, recebimento provisório das entregas, conferência das condições de habilitação e regularidade fiscal/trabalhista a cada pagamento, apuração dos indicadores do IMR e proposição de glosas e penalidades;
- **Comissão de Recebimento Definitivo:** servidor ou comissão formalmente designada, responsável pelo recebimento definitivo do objeto.

6.1.2. Na falta ou impedimento dos agentes designados, suas atribuições serão exercidas pelos respectivos substitutos formalmente designados.

6.1.3. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor deverão ser submetidas, formalmente, à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

6.2. Critérios de recebimento e aceitação

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Recebimento provisório: pelo Fiscal do Contrato, de forma sumária, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do laudo ou da realização do serviço, com verificação posterior da conformidade com as exigências contratuais;
- Recebimento definitivo: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório;
- O contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as descrições deste TR e seus anexos e apêndices;
- Constatadas desconformidades, defeitos ou execução incompleta, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e pagamento até o saneamento;
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3. Instrumento de Medição de Resultado – IMR

6.3.1. Em atenção ao art. 6º, XXIII, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, fica instituído o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, com os seguintes indicadores de qualidade:

Nº	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Glosa (sobre o item)
1	Cumprimento de prazo de entrega de laudos	$(\text{Nº de laudos entregues no prazo} / \text{Total de laudos do período}) \times 100$	$\geq 95\%$	1% a cada 1% abaixo da meta
2	Taxa de retrabalho técnico	$(\text{Nº de laudos refeitos por inadequação} / \text{Total de laudos entregues}) \times 100$	$\leq 5\%$	2% a cada 1% acima da meta
3	Entrega tempestiva de ASO admissional	$(\text{Nº de ASOs entregues com } \geq 1 \text{ dia de antecedência} / \text{Total de ASOs admissionais}) \times 100$	100%	5% por ASO entregue fora do prazo
4	Atendimento a requisições de vistoria	$(\text{Vistorias realizadas no prazo} / \text{Vistorias requisitadas no período}) \times 100$	$\geq 90\%$	1% a cada 1% abaixo da meta
5	Disponibilidade de canal de comunicação	Tempo médio de resposta a demandas do Fiscal do Contrato, em horas úteis	$\leq 24 \text{ horas}$	Glosa pontual após 3 ocorrências/mês

- Os indicadores serão apurados mensalmente pelo Fiscal do Contrato, com base em planilha de acompanhamento;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

- A glosa será aplicada sobre o valor da nota fiscal do item correspondente e processada conforme procedimento descrito no Capítulo 7;
- Persistindo o não atendimento das metas por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) alternados no exercício, abrir-se-á processo sancionatório, sem prejuízo da rescisão por inexecução parcial.

6.4. Obrigações da Contratada

- Credenciar, junto ao Município, preposto para representá-la e atender às requisições do Gestor do Contrato;
- Executar o objeto conforme as especificações, prazos e locais previstos neste TR, no Edital e seus Anexos;
- Refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços ou laudos rejeitados pela Fiscalização;
- Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do Município, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da execução em desacordo com o TR, com ressarcimento a preços atualizados em até 30 (trinta) dias da comprovação da responsabilidade;
- Promover, por sua conta, a cobertura por seguros dos riscos a que se julgar exposta, responsabilizando-se por tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, deslocamentos e demais obrigações;
- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização;
- Cientificar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência anormal que afete a execução do objeto, em prazo nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou má execução, atendendo às reclamações e exigências da Fiscalização;
- Indenizar eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo na execução contratual;
- Manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado;
- Garantir o sigilo e a proteção dos dados pessoais sensíveis dos servidores, conforme cláusulas específicas do Capítulo 9 (LGPD);



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

- Garantir a habilitação profissional e técnica de toda a equipe envolvida na execução do objeto, mantendo registros atualizados nos conselhos de classe;
- Adotar todas as medidas preventivas no sentido de minimizar incidentes que comprometam a qualidade e a regularidade da execução.

6.5. Obrigações da Contratante

- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de prepostos da Contratada às dependências dos locais de vistoria, quando necessário;
- Prestar informações e esclarecimentos solicitados por representante legal ou preposto da Contratada;
- Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto perante as especificações deste TR e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto;
- Manter, por intermédio da Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados à execução dos serviços;
- Notificar formalmente a Contratada por eventuais imperfeições no curso da execução, fixando prazo para correção;
- Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste TR, no Edital e demais anexos;
- Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária;
- Designar formalmente, com antecedência, o Gestor, o Fiscal e a Comissão de Recebimento Definitivo do Contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Forma de medição



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- A medição dos serviços será realizada por unidade efetivamente executada e atestada pela Fiscalização (cada laudo, cada exame, cada conjunto de exames ou cada documento técnico entregue), conforme os itens do Apêndice I;
- Sobre o valor apurado em cada medição mensal poderá incidir glosa proporcional ao desempenho aferido pelo IMR (item 6.3);
- A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo, mediante atestação, vedada a sua realização pelo ordenador de despesas, nos termos do art. 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021;
- Havendo glosa parcial do objeto, o contratante comunicará à contratada para que emita Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado.

7.2. Prazos de pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, mediante o adimplemento de cada parcela da obrigação;
- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, na Praça Visconde Figueira, 57, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP 28.470-000, e/ou para administracao@santoantoniodepadua.rj.gov.br;
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até o saneamento, sem qualquer ônus para o contratante.

7.3. Verificações prévias ao pagamento

7.3.1. Antes do pagamento, o Fiscal do Contrato realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação, eventuais sanções aplicadas e ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se irregularidade, será observado o procedimento previsto no Edital, com notificação para regularização em 15 (quinze) dias úteis.

7.4. Retenções tributárias

- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por aquele regime, condicionado o pagamento à apresentação de comprovação oficial do enquadramento;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- O contratado deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, observando, quando estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a forma prescrita pela Resolução SEFAZ/RJ nº 971/2016.

7.5. Atualização monetária e juros de mora

- Pagamentos realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão incidência de IPCA-E e juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die;
- Pagamentos realizados em prazo inferior ao estabelecido sofrerão desconto de 0,5% ao mês, pro rata die.

7.6. Reajuste de preços

- Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta;
- Após esse prazo, os preços poderão ser reajustados, com periodicidade anual, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, observado o disposto no art. 25, § 7º, e no art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
- O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão;
- O reajuste será operacionalizado por simples apostilamento, mediante apresentação, pela contratada, de memória de cálculo correspondente à variação do índice no período.

7.7. Repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro

- Sem prejuízo do reajuste por índice, é assegurada à contratada a repactuação para refletir variações decorrentes de convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria preponderante na execução do objeto;
- Eventos que configurem fato do príncipe, caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária e extracontratual ensejarão recomposição/reequilíbrio econômico-financeiro mediante requerimento formal, com memória de cálculo, na forma do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento por **MAIOR DESCONTO POR**



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

GRUPO sobre os preços unitários referenciais constantes do Apêndice I, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Federal nº 11.462/2023.

8.2. Será adotado o modo de disputa aberto.

8.3. O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora será aplicado linearmente sobre cada item do grupo correspondente.

8.4. Requisitos de habilitação

8.4.1. Habilitação jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que tenha validade nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de MEI – CCMEI;
- Sociedade Limitada Unipessoal – SLU e demais sociedades: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no Brasil: portaria de autorização publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial;
- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- Sociedade Cooperativa: ata de fundação, estatuto social em vigor e registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Inscrição no CNPJ ou no CPF, conforme o caso;
- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela RFB/PGFN;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, XXXIII, da CF/88);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da CLT;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (dispensada para o MEI);
- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor.

8.4.3. Habilitação econômico-financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil, para pessoa física ou sociedade simples;
- A anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial, por si só, não causa inabilitação.

8.4.4. Qualificação técnica – Grupo 1 (Serviços Técnicos)

- **Capacidade técnico-operacional:** apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a prestação de serviços de natureza similar ao(s) item(ns) para o(s) qual(is) a licitante apresentar proposta, em quantidade não inferior a 20% (vinte por cento) do quantitativo do(s) respectivo(s) item(ns), e não exclusivamente do item 1 do Grupo. Admite-se a soma de atestados para fins de comprovação;
- **Capacidade técnico-profissional:** comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, Médico do Trabalho registrado no CRM e/ou Engenheiro de Segurança do Trabalho registrado no CREA, conforme a natureza dos serviços a executar;
- O vínculo permanente do responsável técnico deverá ser comprovado, na data da habilitação, por contrato/estatuto social (no caso de sócio); ato de nomeação (administrador/diretor); registro em CTPS (empregado); ou contrato escrito de prestação de serviços vigente, vedada a aceitação de mera declaração de compromisso de vinculação contratual futura;
- O profissional indicado para fins de habilitação técnico-profissional deverá participar efetivamente da execução do objeto, admitida substituição apenas por profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação do contratante.

8.4.5. Qualificação técnica – Grupo 2 (Exames Clínicos)

- **Capacidade técnico-operacional:** apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando prestação de serviços de natureza similar, em quantidade não inferior a 20% (vinte por cento) do quantitativo do(s) item(ns) ofertado(s);
- Certificação de registro da pessoa jurídica licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM da sua jurisdição, com indicação do diretor técnico-médico responsável;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

- Comprovação de Médico do Trabalho indicado como responsável técnico, com vínculo permanente comprovado conforme item 8.4.4.

8.4.6. Documentação adicional das cooperativas

Em relação às cooperativas, exigir-se-á, ainda, a documentação prevista no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 5.764/1971, em especial: relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos, declaração de regularidade do contribuinte individual, comprovação do capital social e da integralização das quotas, e a última auditoria contábil-financeira (art. 112 da Lei nº 5.764/1971), ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

9.1. Disposições gerais

9.1.1. A execução do objeto envolve o tratamento de dados pessoais sensíveis dos servidores públicos municipais (dados de saúde), nos termos do art. 5º, II, da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), exigindo o cumprimento integral, pela contratada, dos princípios, requisitos e medidas de segurança previstos na referida legislação.

9.2. Papéis e responsabilidades

- **Controlador:** o Município de Santo Antônio de Pádua/RJ, a quem compete decidir sobre as finalidades e os meios essenciais do tratamento dos dados pessoais dos servidores;
- **Operador:** a contratada, que realiza o tratamento dos dados pessoais em nome e por conta do controlador, observadas as instruções desta;
- Cada parte responderá nos termos do art. 42 da LGPD pelos danos decorrentes do tratamento que houver realizado em desacordo com a legislação.

9.3. Finalidade e adequação

- Os dados pessoais serão tratados exclusivamente para as finalidades previstas neste TR (realização de exames ocupacionais, emissão de ASOs e laudos técnicos de saúde do trabalhador), sendo vedado seu uso para qualquer outra finalidade, ainda que correlata, sem prévia autorização do controlador;
- A contratada não poderá compartilhar, ceder, vender ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem autorização expressa do Município, ressalvadas as hipóteses legais (art. 7º e art. 11 da LGPD).

9.4. Medidas de segurança e confidencialidade



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Coordenação de Planejamento de Contratações

- A contratada deverá implementar e manter medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (art. 46 da LGPD);
- As medidas devem incluir, no mínimo: (i) política interna de segurança da informação documentada; (ii) controle de acesso baseado em perfis funcionais; (iii) criptografia de dados em trânsito e em repouso, quando aplicável; (iv) registro de acessos e auditoria periódica; (v) compromisso de confidencialidade assinado por todos os profissionais envolvidos;
- Os profissionais da contratada que tiverem acesso aos dados deverão receber treinamento específico em LGPD e em sigilo médico-ocupacional.

9.5. Comunicação de incidentes

- A contratada deverá comunicar formalmente ao Município, em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados (art. 48 da LGPD);
- A comunicação deverá conter, no mínimo: descrição do incidente, dados afetados, titulares envolvidos, medidas adotadas e plano de remediação;
- Caberá ao Município, na qualidade de controlador, decidir sobre a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e aos titulares afetados.

9.6. Direitos dos titulares

- A contratada cooperará com o Município para o atendimento, em prazo razoável, das requisições dos titulares relativas ao acesso, correção, eliminação, anonimização, portabilidade e demais direitos previstos no art. 18 da LGPD;
- As requisições serão recebidas e processadas pelo Município, na qualidade de controlador, cabendo à contratada fornecer as informações e adotar as providências técnicas solicitadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da requisição.

9.7. Encerramento do tratamento

- Ao final do contrato, ou quando os dados não forem mais necessários à finalidade do tratamento, a contratada deverá, conforme orientação do Município: (i) devolver os dados ao controlador em formato estruturado; ou (ii) eliminar definitivamente os dados, mediante atestado formal de eliminação;
- Excetuam-se as hipóteses de retenção legal obrigatória (prontuários médicos, conforme regulamentação do CFM), caso em que a contratada manterá os dados sob estrito sigilo pelo prazo legalmente exigido.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

9.8. Responsabilidade e regresso

- A contratada responderá perante o Município por todos os prejuízos diretos e indiretos decorrentes de violação da LGPD, assegurado o direito de regresso do Município em caso de eventual condenação solidária;
- A contratada manterá indene o Município por toda e qualquer condenação, sanção administrativa ou judicial decorrente exclusivamente de ato ou omissão sua no tratamento dos dados pessoais.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado da contratação, decorrente da soma efetiva dos Grupos 1 e 2 do Apêndice I, é de R\$ 1.236.807,44 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme detalhamento abaixo:

Grupo 1 – Serviços Técnicos	R\$ 408.933,00
Grupo 2 – Exames Clínicos de Saúde Ocupacional	R\$ 827.874,44
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 1.236.807,44

10.2. Os preços unitários referenciais e a memória de cálculo encontram-se no Apêndice I a este Termo de Referência.

10.3. A pesquisa de preços foi realizada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observadas as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, e a memória detalhada consta dos autos do Processo Administrativo nº 2267/2025.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Administração, informadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento;
- A indicação específica do elemento de despesa e da fonte de recursos será efetuada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata.

12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- A Ata poderá ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023;
- No caso de prorrogação da vigência, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente;
- Os contratos decorrentes da Ata terão sua vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual, observados os limites dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021.

13. UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO-PARTICIPANTES

- Órgãos e entidades poderão aderir à Ata na condição de não-participantes ("caronas"), observados os requisitos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 31 do Decreto nº 11.462/2023;
- As contratações adicionais por não-participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados;
- O quantitativo total decorrente de adesões não poderá exceder o dobro do quantitativo de cada item registrado.

14. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

14.1. Em conformidade com o art. 22, § 3º, II, e o art. 103 da Lei nº 14.133/2021, integra este Termo de Referência a Matriz de Alocação de Riscos, peça em separado, na qual estão identificados, classificados e alocados os principais riscos da contratação, com a indicação das medidas preventivas e mitigadoras correspondentes.

14.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços implica concordância expressa, pela contratada, com a Matriz de Alocação de Riscos.

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156 da mesma lei, observado o devido processo administrativo, com contraditório e ampla defesa.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

15.2. Espécies de sanções

- **Advertência** (art. 156, I, § 2º): pela infração de menor potencial ofensivo, quando não se justifique sanção mais grave;
- **Multa administrativa** (art. 156, II, § 3º): não inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato, conforme parâmetros do Edital;
- **Impedimento de licitar e contratar** (art. 156, III, § 4º): no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** (art. 156, IV, § 5º): no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. Multa de mora

- Sem prejuízo da multa administrativa, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações sujeitará a contratada à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo, incidente sobre o valor da nota de empenho ou saldo não atendido, observado o limite de 30% do valor do contrato;
- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a rescisão contratual.

15.4. Multa compensatória

- Na inexecução total ou parcial que acarrete a rescisão do contrato, será devida multa compensatória no valor de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, observado o limite do art. 412 do Código Civil;
- A multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções (art. 156, § 7º).

15.5. Parâmetros, competência e procedimento

15.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os requisitos do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Advertência, multa e impedimento de licitar e contratar serão aplicados pelo Ordenador de Despesa; declaração de inidoneidade, pelo Prefeito Municipal.

15.5.2. A aplicação das penalidades realizar-se-á em processo administrativo com contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A reabilitação observará os requisitos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

15.5.3. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade será comunicada à Controladoria Geral do Município no prazo de 15 (quinze) dias úteis, para inscrição no CEIS e Cnep (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Integram este Termo de Referência: o Apêndice I (tabela de itens, quantitativos e valores) e a Matriz de Alocação de Riscos;
- As licitantes serão responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, ressalvada a responsabilidade da Administração por erros materiais imputáveis ao Termo de Referência (art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021);
- Os casos omissos serão dirimidos pela Administração Municipal com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no Código Civil e nos demais normativos aplicáveis.

Santo Antônio de Pádua/RJ, maio de 2026.

Fábio Alves Brum

Matrícula nº 16.678-1

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

APÊNDICE I

GRUPO 1 – SERVIÇOS TÉCNICOS

Item	Qtd.	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	50 UN	Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR-07)	1.047,50	52.375,00
2	50 UN	Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-01)	1.038,09	51.904,50
3	50 UN	Elaboração do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	1.065,59	53.279,50
4	50 UN	Elaboração da AET – Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)	1.210,81	60.540,50
5	50 UN	Elaboração do Mapa de Risco do Processo de Trabalho e formação/treinamento da CIPA (NR-05)	2.450,00	122.500,00
6	50 UN	Elaboração do LTIP – Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (NR-15 e NR-16)	1.366,67	68.333,50
VALOR ESTIMADO PARA O GRUPO 1				408.933,00

GRUPO 2 – EXAMES CLÍNICOS DE SAÚDE OCUPACIONAL

Os exames do Grupo 2 estão organizados em três conjuntos lógicos (A, B e C), conforme o perfil epidemiológico e ocupacional dos servidores e a periodicidade aplicável. Cada exame é precificado individualmente, permitindo ao licitante ofertar preço unitário próprio por exame e à Administração mensurar e pagar apenas os exames efetivamente realizados em cada ASO ou demanda. Os Conjuntos representam, portanto, agrupamentos lógicos para fins de identificação da bateria típica aplicável a cada perfil, sem prejuízo da precificação e da medição individualizadas por exame.

Legenda: Conjunto A – bateria padrão de exames laboratoriais e clínicos, aplicável a todos os servidores em exames admissionais, periódicos e demissionais; Conjunto B – exames especiais, aplicáveis aos servidores expostos a riscos específicos identificados nos laudos do Grupo 1 (tais como ruído ocupacional, agentes químicos, esforço respiratório, exigência toxicológica para condutores e operadores de máquinas, dentre outros); Conjunto C – avaliação de riscos psicossociais conforme NR-01, aplicável a todos os servidores.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Item	Qtd.	Descrição do Exame	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
CONJUNTO A — BATERIA PADRÃO (admissional / periódico / demissional — aplicável a todos os servidores)				
7	1.986 UN	Acuidade Visual	34,43	68.377,98
8	1.986 UN	Avaliação Clínica (consulta médica ocupacional)	58,02	115.227,72
9	1.986 UN	Perfil lipídico (Colesterol total e frações + Triglicerídeos)	33,91	67.345,26
10	1.986 UN	Creatinina sérica	14,21	28.221,06
11	1.986 UN	EAS – Urina tipo I (sumário de urina)	7,70	15.292,20
12	1.986 UN	Glicemia em jejum	13,42	26.652,12
13	1.986 UN	Hemograma completo	17,57	34.894,02
14	1.986 UN	Hepatite C – Anti-HCV	27,01	53.641,86
15	1.986 UN	Hepatite B – Anti-HBs	19,39	38.508,54
16	1.986 UN	Hepatite B – HBsAg	19,85	39.422,10
17	1.986 UN	TGO/TGP (transaminases hepáticas)	12,07	23.971,02
18	1.986 UN	VDRL (pesquisa de sífilis)	21,91	43.513,26
Subtotal Conjunto A (bateria completa: R\$ 279,49/servidor x 1.986)			555.067,14	
CONJUNTO B — EXAMES ESPECIAIS (servidores expostos a riscos específicos identificados nos laudos do Grupo 1)				
19	200 UN	Audiometria tonal	45,72	9.144,00
20	200 UN	Eletroencefalograma – EEG	63,29	12.658,00
21	200 UN	Espirometria	61,19	12.238,00
22	200 UN	Exames toxicológicos – categorias C, D e E	106,33	21.266,00

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Item	Qtd.	Descrição do Exame	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
23	200 UN	Radiografia de tórax (incidências PA e perfil)	64,22	12.844,00
Subtotal Conjunto B (bateria completa: R\$ 340,75/servidor × 200)				68.150,00
CONJUNTO C — AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS (NR-01 — aplicável a todos os servidores)				
24	1.986 UN	Avaliação de Riscos Psicológicos e Psicossociais (NR-01)	103,05	204.657,30
Subtotal Conjunto C				204.657,30
		VALOR ESTIMADO PARA O GRUPO 2		827.874,44
		VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (G1 + G2)		1.236.807,44

Notas explicativas ao Grupo 2:

- As quantidades expressas em "UN" correspondem ao número total de execuções estimadas para cada exame durante a vigência da Ata. A quantidade do Conjunto A (1.986 UN por exame) reflete a totalidade do quadro de servidores, dado que todos serão submetidos à bateria padrão. A quantidade do Conjunto B (200 UN por exame) reflete a estimativa de servidores expostos a riscos específicos identificáveis nos laudos do Grupo 1. A quantidade do Conjunto C (1.986 UN) reflete a totalidade do quadro funcional, dada a aplicabilidade universal da avaliação de riscos psicossociais.
- O licitante deverá ofertar preço unitário para cada um dos itens 7 a 24, sobre o qual será aplicado linearmente o percentual de desconto vencedor (critério de "maior desconto por grupo"). O preço unitário ofertado para cada exame constituirá o valor de referência para fins de medição e pagamento ao longo da execução.
- Na execução, cada Atestado de Saúde Ocupacional – ASO ou demanda específica indicará os exames efetivamente realizados, e a nota fiscal correspondente listará apenas tais exames, ao preço unitário registrado, vedada a cobrança da bateria completa quando esta não tiver sido integralmente realizada.
- As quantidades indicadas são meramente estimativas, não vinculando a Administração à demanda total, conforme arts. 82, § 4º, e 83 da Lei nº 14.133/2021.

APÊNDICE II

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Processo Administrativo nº 2267/2025

Objeto: Eventual prestação de serviços de Medicina, Engenharia e Segurança do Trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVOS

1.1. A presente Matriz de Alocação de Riscos é elaborada como peça integrante do Termo de Referência do Processo Administrativo nº 2267/2025, em conformidade com o art. 22, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de o edital contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, e com o art. 103 do mesmo diploma legal, que prevê a definição dos riscos da contratação como cláusula necessária ao contrato.

1.2. A Matriz tem por objetivos:

- Identificar, classificar e quantificar os principais riscos associados à execução do objeto contratual;
- Definir a alocação de cada risco entre a Administração Pública Municipal (Contratante) e a futura Contratada;
- Estabelecer medidas preventivas e mitigadoras a serem adotadas por cada parte;
- Subsidiar a elaboração das cláusulas contratuais relativas à matriz de risco e ao reequilíbrio econômico-financeiro;
- Reduzir a litigiosidade ao longo da execução, com a definição prévia de responsabilidades.

1.3. A presente Matriz não é exaustiva. Riscos supervenientes, não identificados nesta peça, deverão ser alocados em consonância com os princípios e regras da Lei nº 14.133/2021.

2. METODOLOGIA

2.1. A análise de risco adotada nesta peça utiliza a metodologia qualitativa de Probabilidade x Impacto ($P \times I$), por meio da qual cada risco é avaliado quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto sobre o objeto da contratação, resultando em um nível de risco classificado em Baixo, Médio ou Alto.

2.1. Escala de Probabilidade

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Probabilidade	Definição
Baixa	Risco com baixa probabilidade de materialização; ocorrência rara ou excepcional ao longo da vigência da Ata.
Média	Risco com probabilidade moderada de materialização; ocorrência possível durante a vigência da Ata.
Alta	Risco com alta probabilidade de materialização; ocorrência provável ou quase certa durante a vigência da Ata.

2.2. Escala de Impacto

Impacto	Definição
Baixo	Impacto reduzido sobre a execução contratual; consequências pontuais e contornáveis sem prejuízo significativo à Administração.
Médio	Impacto relevante sobre a execução; pode causar atrasos, custos adicionais ou retrabalho, mas não compromete o objeto contratual como um todo.
Alto	Impacto severo; compromete substancialmente a execução do objeto, gera passivos relevantes ou expõe a Administração a riscos jurídicos significativos.

2.3. Matriz de Severidade (Probabilidade x Impacto)

Probabilidade ↓ / Impacto →	Baixo	Médio	Alto
Alta	Médio	Alto	Alto
Média	Baixo	Médio	Alto
Baixa	Baixo	Baixo	Médio

2.4. Critérios de Alocação

2.4.1. Os riscos são alocados à parte que tem maior capacidade técnica, gerencial e econômica de evitá-los ou mitigá-los, podendo ainda ser distribuídos entre ambas as partes (alocação compartilhada), conforme a natureza do risco:

- Risco da Contratada: riscos diretamente relacionados à execução do objeto, gestão técnica, custos operacionais e cumprimento de obrigações contratuais ordinárias;
- Risco da Administração: riscos relacionados à gestão da demanda, ao planejamento orçamentário, à alteração unilateral do contrato e ao interesse público superveniente;

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Risco Compartilhado: riscos cuja materialização depende de fatores controláveis por ambas as partes ou de fatores externos que afetam a relação contratual.

3. MATRIZ CONSOLIDADA DE RISCOS

3.1. A tabela abaixo apresenta a síntese de todos os riscos identificados, com a respectiva classificação e alocação. A análise detalhada de cada risco encontra-se no item 4 desta Matriz.

Nº	Descrição do Risco	Prob.	Impacto	Nível	Alocação
A. RISCOS DE EXECUÇÃO					
A1	Atraso na entrega de laudos técnicos, ASOs e resultados de exames	Média	Médio	Médio	Contratada
A2	Inadequação técnica ou erro material em laudos exigindo retrabalho	Média	Alto	Alto	Contratada
A3	Indisponibilidade de consultório/escritório no 1º Distrito após assinatura da ARP	Baixa	Alto	Médio	Contratada
A4	Indisponibilidade ou substituição não autorizada do responsável técnico habilitado	Média	Alto	Alto	Contratada
A5	Dificuldade de acesso e realização de vistorias nos distritos da zona rural	Média	Médio	Médio	Compartilhado
B. RISCOS DE COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS					
B1	Vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais sensíveis dos servidores	Média	Alto	Alto	Contratada
B2	Alterações nas Normas Regulamentadoras durante a vigência da ARP	Alta	Médio	Alto	Compartilhado
B3	Perda da habilitação profissional do responsável técnico (CRM/CREA)	Baixa	Alto	Médio	Contratada
B4	Inadequação no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS)	Baixa	Alto	Médio	Contratada
C. RISCOS DE DEMANDA E OPERAÇÃO					
C1	Variação significativa entre a demanda estimada e a demanda efetiva	Média	Médio	Médio	Administração
C2	Demanda superveniente de exame ou laudo não previsto na ARP	Média	Baixo	Médio	Administração
D. RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS					
D1	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato	Média	Médio	Médio	Compartilhado
D2	Atraso no pagamento pela Administração	Média	Médio	Médio	Administração

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Nº	Descrição do Risco	Prob.	Impacto	Nível	Alocação
D3	Insolvência, recuperação judicial ou falência da contratada	Baixa	Alto	Médio	Contratada
E. RISCOS JURÍDICO-TRABALHISTAS					
E1	Responsabilização subsidiária da Administração por encargos trabalhistas e previdenciários	Baixa	Alto	Médio	Contratada
E2	Demandas judiciais decorrentes de adicional de insalubridade/periculosidade	Média	Alto	Alto	Contratada
F. RISCOS EXTERNOS					
F1	Evento de caso fortuito ou força maior	Baixa	Médio	Baixo	Compartilhado
F2	Contingenciamento orçamentário ou alteração na disponibilidade financeira	Média	Médio	Médio	Administração

4. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS RISCOS

4.1. As fichas a seguir detalham cada risco identificado, indicando suas causas, consequências, alocação e as medidas preventivas e mitigadoras a serem adotadas.

RISCO A1 — Atraso na entrega de laudos técnicos, ASOs e resultados de exames	
Categoria	Execução
Causa	Subdimensionamento de equipe técnica pela contratada; sobreposição de demandas; deficiência logística para deslocamentos.
Consequência	Atraso na admissão de servidores; perda de prazo legal de exames demissionais; risco de autuação trabalhista; descontinuidade dos serviços.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Exigir, na proposta, declaração de equipe técnica suficiente para atender à demanda estimada
- Estabelecer cronograma estimativo de demanda para subsidiar dimensionamento
- Monitoramento mensal de prazos pela Fiscalização do Contrato

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Aplicação de multa de mora (1% por dia útil de atraso) sobre o valor da nota de empenho
- Glosa proporcional via Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Notificação formal para regularização; persistindo, instauração de processo sancionatório

RISCO A2 — Inadequação técnica ou erro material em laudos exigindo retrabalho	
Categoria	Execução
Causa	Profissional não habilitado/sem experiência específica; erro metodológico; inobservância de NR aplicável.
Consequência	Necessidade de refazimento do laudo; risco de pagamento indevido de adicionais; possível nulidade de ato administrativo dele decorrente.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Alto	Alto	Contratada

Medidas preventivas:

- Exigência de responsável técnico com vínculo permanente e registro vigente em conselho de classe
- Análise técnica do laudo pela Fiscalização antes do recebimento definitivo
- Indicadores no IMR específicos para qualidade do laudo (taxa de retrabalho)

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Substituição em até 5 dias úteis, sem ônus para o Município
- Glosa do valor correspondente; multa contratual em caso de reincidência
- Substituição do profissional responsável, com aprovação prévia da Contratante

RISCO A3 — Indisponibilidade de consultório/escritório no 1º Distrito após assinatura da ARP	
Categoria	Execução
Causa	Despejo, sinistro, encerramento de contrato de locação; descontinuidade da estrutura comprovada na habilitação.
Consequência	Inviabilização do atendimento médico e da coleta de material biológico; quebra de cláusula contratual.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Alto	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Exigência de comprovação locacional como condição para assinatura da ARP
- Verificação semestral, pela Fiscalização, da manutenção da estrutura

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Notificação para regularização em 15 dias
- Persistindo, rescisão contratual; acionamento do Cadastro de Reserva
- Aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021

RISCO A4 — Indisponibilidade ou substituição não autorizada do responsável técnico habilitado

Categoria	Execução
Causa	Desligamento do profissional; perda de registro junto ao conselho de classe; doença ou óbito.
Consequência	Impossibilidade de execução das parcelas com responsabilidade técnica formal; nulidade técnica dos laudos.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Alto	Alto	Contratada

Medidas preventivas:

- Vínculo formal e comprovado do responsável técnico já na habilitação
- Comunicação à Fiscalização de qualquer alteração de quadro técnico no prazo de 5 dias

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Substituição por profissional de qualificação equivalente ou superior, com aprovação prévia da Contratante
- Suspensão imediata das atividades que demandem responsabilidade técnica até a regularização
- Possibilidade de rescisão se não houver substituição em 30 dias

RISCO A5 — Dificuldade de acesso e realização de vistorias nos distritos da zona rural

Categoria	Execução
Causa	Vias de difícil acesso; intempéries; ausência de servidores no local; logística deficiente da contratada.
Consequência	Atraso nas vistorias; laudos baseados em informações incompletas; renegociação de prazos.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Compartilhado

Medidas preventivas:

- Cronograma conjunto de vistorias, com prévia comunicação ao gestor do prédio público

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Agrupamento de vistorias por proximidade geográfica

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Prorrogação justificada de prazo, mediante aprovação formal
- Apoio logístico pontual da Contratante (acesso, identificação, comunicação) quando necessário

RISCO B1 — Vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais sensíveis dos servidores

Categoria	Compliance e LGPD
Causa	Falha de segurança de TI da contratada; entrega de laudos a pessoa não autorizada; ausência de procedimentos de proteção de dados.
Consequência	Violação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD); aplicação de sanções pela ANPD; responsabilização solidária da Administração; dano moral aos servidores.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Alto	Alto	Contratada

Medidas preventivas:

- Cláusula contratual específica de proteção de dados (papéis de controlador e operador)
- Exigência de política de segurança da informação documentada
- Designação de DPO pela contratada, quando aplicável
- Treinamento periódico dos profissionais da contratada em LGPD

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Notificação imediata da ANPD e dos titulares afetados (art. 48, LGPD)
- Investigação interna e aplicação das sanções contratuais
- Eventual rescisão contratual nos casos graves
- Responsabilização civil e regressiva da contratada

RISCO B2 — Alterações nas Normas Regulamentadoras durante a vigência da ARP

Categoria	Compliance e LGPD
Causa	Revisão periódica das NRs pelo Ministério do Trabalho e Previdência; novos parâmetros técnicos; nova periodicidade de exames.
Consequência	Necessidade de atualização de programas e laudos; potencial impacto nos custos de execução; risco de não conformidade.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Alta	Médio	Alto	Compartilhado

Medidas preventivas:

- Cláusula contratual prevendo expressamente a adequação a alterações normativas supervenientes
- Monitoramento pela contratada e pela Administração das publicações do MTP

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Aditivo contratual para incorporar exigências novas ou novos quantitativos
- Reequilíbrio econômico-financeiro, se cabível, na forma do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021

RISCO B3 — Perda da habilitação profissional do responsável técnico (CRM/CREA)

Categoria	Compliance e LGPD
Causa	Suspensão disciplinar; cancelamento do registro; falta de pagamento de anuidade.
Consequência	Nulidade técnica dos laudos emitidos após a perda da habilitação; impedimento de prosseguir na execução do contrato.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Alto	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Verificação periódica da regularidade do registro junto ao conselho de classe (consulta anual)
- Cláusula contratual de obrigação de comunicação imediata de qualquer suspensão

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Substituição imediata do responsável técnico por outro habilitado
- Refazimento dos laudos eventualmente emitidos no período irregular, sem ônus

RISCO B4 — Inadequação no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS)

Categoria	Compliance e LGPD
Causa	Não observância da RDC ANVISA nº 222/2018; ausência de plano de gerenciamento; falha na segregação ou destinação.
Consequência	Autuação pela vigilância sanitária; risco ambiental; risco à saúde pública; responsabilização administrativa da Administração.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Alto	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Exigência contratual de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)
- Comprovação periódica da destinação adequada (Manifesto de Resíduos)

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Notificação da contratada; aplicação das sanções contratuais
- Comunicação à vigilância sanitária municipal nos casos graves
- Eventual rescisão por descumprimento de obrigação essencial

RISCO C1 — Variação significativa entre a demanda estimada e a demanda efetiva

Categoria	Demanda e operação
Causa	Subestimativa do quadro funcional; rotatividade superior à projetada; novas admissões/exonerações em massa; ampliação de áreas insalubres.
Consequência	Necessidade de adesão por outros órgãos para esgotar a Ata; risco de descontinuidade do serviço caso a demanda exceda o registro.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Administração

Medidas preventivas:

- Memória de cálculo dos quantitativos baseada em série histórica e em projeção do quadro funcional
- Cláusula de quantitativo flexível, conforme regras do SRP
- Possibilidade de adesão por não-participantes nos limites legais

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Acréscimo de até 25% conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021, se houver contrato derivado vigente
- Realização de nova licitação para suprir excesso de demanda

RISCO C2 — Demanda superveniente de exame ou laudo não previsto na ARP

Categoria	Demanda e operação
Causa	Nova exigência regulamentar; necessidade pontual identificada em vistoria; surgimento de novo posto de trabalho com risco específico.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Consequência	Inexistência de item na Ata, impossibilitando contratação imediata; abertura de novo procedimento.
---------------------	--

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Baixo	Médio	Administração

Medidas preventivas:

- Especificação ampla e abrangente dos itens no Apêndice I
- Cláusula que permita pequenos acréscimos qualitativos via aditivo, dentro dos limites legais

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Contratação por dispensa de licitação, se cabível dentro dos limites do art. 75 da Lei nº 14.133/2021
- Realização de nova licitação para item ausente

RISCO D1 — Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato

Categoria	Econômico-financeiro
Causa	Variação substancial de preços de insumos laboratoriais; alteração tributária; majoração de pisos profissionais por dissídio coletivo.
Consequência	Risco de inexecução; abandono contratual; necessidade de repactuação extraordinária.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Compartilhado

Medidas preventivas:

- Cláusula expressa de reajuste anual pelo IPCA/IBGE (ou índice equivalente)
- Cláusula de repactuação para custos vinculados a convenção coletiva
- Pesquisa de preços fundada em base de dados atualizada e diversificada

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Recomposição/reequilíbrio mediante requerimento formal e memória de cálculo, na forma do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021
- Aditivo contratual aprovado pela Procuradoria e pela Controladoria

RISCO D2 — Atraso no pagamento pela Administração

Categoria	Econômico-financeiro
------------------	----------------------

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

Causa	Contingenciamento orçamentário; problemas no fluxo de caixa municipal; divergências na liquidação.
Consequência	Risco de inadimplência da contratada; suspensão da execução; juros e atualização monetária a cargo do Município.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Administração

Medidas preventivas:

- Indicação prévia de dotação orçamentária; reserva de saldo
- Conferência prévia da Nota Fiscal pela Fiscalização para evitar glosas tardias

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Incidência de IPCA-E e juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die
- Possibilidade de suspensão da execução pela contratada após 60 dias (art. 137, § 4º, Lei nº 14.133/2021)

RISCO D3 — Insolvência, recuperação judicial ou falência da contratada

Categoria	Econômico-financeiro
Causa	Crise financeira da empresa; má gestão; perda de outros contratos relevantes.
Consequência	Inexecução das parcelas pendentes; necessidade de acionamento do Cadastro de Reserva; perda de tempo na execução.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Alto	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Habilitação econômico-financeira (certidão negativa de falência)
- Verificação periódica da regularidade fiscal e trabalhista durante a vigência
- Constituição de Cadastro de Reserva com mais de um fornecedor

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Rescisão contratual fundada no art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021
- Acionamento imediato do Cadastro de Reserva
- Execução de garantia, se exigida

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

RISCO E1 — Responsabilização subsidiária da Administração por encargos trabalhistas e previdenciários

Categoria	Jurídico-trabalhista
Causa	Inadimplência da contratada quanto a salários, FGTS, INSS e demais encargos; ausência de fiscalização efetiva.
Consequência	Condenação do Município ao pagamento de verbas trabalhistas em ações ajuizadas pelos empregados da contratada (Súmula 331, TST).

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Alto	Médio	Contratada

Medidas preventivas:

- Verificação mensal das condições de regularidade fiscal e trabalhista no SICAF
- Exigência mensal de comprovantes de quitação trabalhista (folha de pagamento, GFIP, etc.) — se cabível ao tipo de serviço
- Retenção, se autorizada, de valores em conta vinculada para garantia de encargos

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Glosa do pagamento até regularização
- Notificação para regularização em 15 dias úteis
- Eventual rescisão contratual; comunicação aos órgãos competentes

RISCO E2 — Demandas judiciais decorrentes de adicional de insalubridade/periculosidade

Categoria	Jurídico-trabalhista
Causa	Laudo técnico incorreto; concessão ou supressão indevida do adicional; análise técnica frágil.
Consequência	Condenação do Município ao pagamento retroativo (até 5 anos); revisão administrativa de atos; passivo trabalhista relevante.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Alto	Alto	Contratada

Medidas preventivas:

- Exigência de responsável técnico engenheiro de segurança do trabalho e/ou médico do trabalho com experiência comprovada
- Revisão técnica dos laudos pela Fiscalização antes do recebimento definitivo

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Atualização periódica dos laudos quando houver alteração de condições de trabalho

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Direito de regresso contra a contratada por erro técnico (art. 70, § 1º, Lei nº 14.133/2021)
- Garantia contratual, se exigida, para cobertura de eventuais prejuízos
- Atuação articulada com a Procuradoria do Município nas demandas

RISCO F1 — Evento de caso fortuito ou força maior

Categoria	Externos
Causa	Pandemia, calamidade pública, desastre natural, comoção social.
Consequência	Interrupção total ou parcial dos serviços; impossibilidade de cumprimento de prazos.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Baixa	Médio	Baixo	Compartilhado

Medidas preventivas:

- Cláusula contratual expressa sobre caso fortuito e força maior (art. 393, Código Civil)
- Plano de continuidade dos serviços essenciais

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Suspensão temporária da execução, sem aplicação de penalidades
- Eventual reequilíbrio econômico-financeiro
- Substituição parcial por modalidade de atendimento remoto, se viável

RISCO F2 — Contingenciamento orçamentário ou alteração na disponibilidade financeira

Categoria	Externos
Causa	Frustração de receita; bloqueios da LRF; redirecionamento orçamentário para emergências.
Consequência	Suspensão de novas contratações decorrentes da ARP; comprometimento do alcance institucional do certame.

Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Alocação
Média	Médio	Médio	Administração

Medidas preventivas:



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

- Inclusão da contratação no Plano de Contratações Anual com prévia análise de impacto orçamentário
- Indicação prudente das dotações por exercício

Medidas mitigadoras (em caso de materialização):

- Suspensão temporária da Ata; não há obrigação de contratação dos quantitativos estimados (art. 83, Lei nº 14.133/2021)
- Eventual extinção da Ata por interesse público

5. PLANO DE MONITORAMENTO CONTÍNUO

5.1. A gestão dos riscos é responsabilidade conjunta do Gestor do Contrato e do(s) Fiscal(is) designado(s), os quais deverão observar as seguintes diretrizes durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes:

- Manutenção de planilha de acompanhamento dos prazos de execução, com registro de eventuais atrasos e de suas justificativas;
- Conferência prévia das condições de habilitação e regularidade fiscal/trabalhista no SICAF, a cada pagamento;
- Análise técnica das primeiras entregas de cada modalidade de laudo, para verificação da adequação metodológica;
- Verificação semestral da manutenção do consultório/escritório no 1º Distrito e da regularidade do registro do responsável técnico nos conselhos de classe;
- Apuração mensal dos indicadores do Instrumento de Medição de Resultado – IMR (quando instituído) e aplicação das glosas proporcionais cabíveis;
- Comunicação imediata à autoridade superior em caso de materialização de risco de nível Alto;
- Revisão da presente Matriz a cada renovação anual da Ata, com inclusão de novos riscos identificados durante a execução.

5.2. Os relatórios de monitoramento integrarão os autos do procedimento administrativo, observando-se a publicidade e a transparência exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o Termo de Referência e o Edital de Pregão Eletrônico do Processo Administrativo nº 2267/2025, vinculando licitantes e futura contratada.

6.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços implica concordância expressa, pela contratada, com a alocação de riscos aqui estabelecida, na forma do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Coordenação de Planejamento de Contratações

6.3. Os riscos materializados serão objeto de análise pelo Gestor do Contrato, sendo aplicáveis, conforme o caso, as medidas previstas nesta Matriz, no Termo de Referência, no Edital e na legislação aplicável.

6.4. As omissões e os casos não previstos serão dirimidos com base nos princípios e regras da Lei nº 14.133/2021, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e do Código Civil, no que couber, com prioridade para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e para a continuidade do interesse público.

Santo Antônio de Pádua/RJ, maio de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação

APROVO a presente Matriz de Alocação de Riscos
Secretário(a) Municipal de Administração e Gestão